



IX CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 3ª REGIÃO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA

1. Nos termos da Constituição, assinale a alternativa correta:
 - a) é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato, nos termos da lei.
 - b) é assegurado o direito de resposta, além da indenização por dano material, exclusivamente.
 - c) é garantido o direito de herança, somente quando não lhe seja mais favorável a lei pessoal do “de cujus”.
 - d) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

2. Nos termos da Constituição, assinale a alternativa correta:
 - a) a lei regulará a individualização da pena de banimento, em caso de crime inafiançável e imprescritível.
 - b) não haverá pena de trabalhos forçados, salvo em caso de guerra declarada.
 - c) não haverá pena de caráter perpétuo.
 - d) a lei regulará a individualização da pena de trabalhos forçados, em caso de crime inafiançável e imprescritível.

3. Nos termos da Constituição, assinale a alternativa correta:
 - a) o alistamento eleitoral é obrigatório para os maiores de dezesseis anos.
 - b) o alistamento eleitoral é obrigatório para os maiores de dezoito anos.
 - c) o alistamento eleitoral é facultativo apenas para os maiores de setenta anos.
 - d) o alistamento eleitoral é facultativo apenas para os maiores de dezesseis anos.

4. Nos termos da Constituição, assinale a alternativa correta:
 - a) cada Estado e o Distrito Federal elegerão seis senadores, com mandato de quatro anos.
 - b) cada Estado e o Distrito Federal elegerão dois senadores, com mandato de quatro anos.
 - c) cada Estado e o Distrito Federal elegerão três senadores, com mandato de oito anos.
 - d) cada Estado e o Distrito Federal elegerão quatro senadores, com mandato de quatro anos.

5. Nos termos da Constituição, assinale a alternativa correta:
 - a) cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, convocar plebiscito.
 - b) cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional.



c) cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, autorizar referendo e convocar plebiscito.

d) cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre a fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas.

6. Nos termos da Constituição, assinale a alternativa correta:

a) a emenda à Constituição, se não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Presidente da República, nos casos de urgência, o Presidente do Senado a promulgará, em igual prazo.

b) a emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

c) a emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente da República; se este não o fizer em quarenta e oito horas, contados do seu recebimento, caberá ao Presidente do Senado fazê-lo.

d) a emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente da República, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento; decorrido o prazo, o silêncio do Presidente da República importará sanção.

7. Nos termos da Constituição, assinale a alternativa correta:

a) o Presidente da República poderá, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a vinte dias e inferior a sessenta dias.

b) o mandato do Presidente da República é de quatro anos.

c) o Vice-Presidente da República poderá, sem autorização do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a vinte dias e superior a sessenta dias.

d) o mandato do Presidente da República é de cinco anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição.

8. Nos termos da Constituição, assinale a alternativa correta:

a) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República terão início na Câmara dos Deputados.

b) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Supremo Tribunal Federal terão início no Senado Federal.

c) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.

d) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.

9. De acordo com a Constituição é obrigatória a promoção do juiz:

a) que figure por duas vezes consecutivas em lista de merecimento.

b) que figure por duas vezes consecutivas ou quatro alternadas em lista de merecimento.

c) que figure por três vezes consecutivas ou duas alternadas em lista de antiguidade.



d) que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.

10. Nos termos da Constituição, assinale a alternativa correta:

- a) a Constituição poderá ser emendada na vigência de estado de defesa, desde que mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
- b) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de estado de sítio, ainda que mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
- c) a Constituição poderá ser emendada na vigência de estado de defesa, desde que mediante proposta do Presidente da República.
- d) a Constituição poderá ser emendada na vigência de estado de sítio, desde que mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

11. Nos termos da Constituição, assinale a alternativa correta:

- a) aos juízes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária.
- b) aos juízes é vedado, exclusivamente, receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo.
- c) aos juízes é vedado, exclusivamente, exercer, em disponibilidade, outro cargo ou função.
- d) aos juízes é vedado, exclusivamente, exercer outro cargo ou função na Comarca em que reside.

12. Nos termos da Constituição, assinale a alternativa correta:

- a) a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre os integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos.
- b) a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de vinte e cinco anos.
- c) o Ministério Público da União compreende exclusivamente o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho.
- d) são princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

13. Nos termos da Constituição, assinale a alternativa correta:

- a) o Presidente da República, em caso de urgência, poderá adotar medida provisória, devendo submetê-la no prazo de quarenta e oito horas ao Congresso Nacional, que estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir em igual prazo.
- b) o Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.
- c) o Presidente da República, em caso de urgência, poderá adotar medida provisória, que perderá eficácia, desde a sua edição, se não for convertida em lei no prazo de noventa dias, a partir de sua publicação.



d) o Presidente da República, em caso de urgência, poderá solicitar, ao Congresso Nacional, a delegação para elaborar legislação sobre matéria reservada à lei complementar.

14. De acordo com a Constituição, a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

a) a garantia do desenvolvimento nacional e a construção de uma sociedade livre, feliz e justa.

b) a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e o pluralismo político.

c) a independência nacional; a prevalência dos direitos humanos; a defesa da paz; e a igualdade entre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

d) o desenvolvimento social; a independência nacional; o pluralismo político; e a igualdade entre os cidadãos e entre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

15. Nos termos da Constituição, assinale a alternativa correta:

a) fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

b) para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre quaisquer brasileiros ou estrangeiros residentes no País, como entidade familiar, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou outras formas de discriminação.

c) os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos proporcionalmente pelo homem e pela mulher, na medida de seus ganhos financeiros.

d) para efeito de proteção do Estado, o casamento é civil ou religioso, sendo garantida sua celebração gratuita somente neste último.

16. Em consonância com o Regulamento Aduaneiro, assinale a alternativa correta:

a) respeitado o princípio da reciprocidade de tratamento, é obrigatório o transporte em navio de bandeira brasileira, das mercadorias importadas por qualquer órgão da Administração Pública Municipal, direta ou indireta.

b) o benefício do regime aduaneiro de entreposto industrial, está sujeito à assinatura de termo de responsabilidade no valor da importação procedida.

c) o regime de admissão temporária não pode ser aplicado a bens destinados a servirem de modelo industrial, dado o seu caráter de permanência.

d) A garantia exigida para cumprimento das obrigações assumidas no termo de responsabilidade poderá ser dispensada quando se tratar de pessoa jurídica de direito privado com sede no exterior, mas com reconhecida capacidade econômica e notória idoneidade.

17. Assinale a alternativa correta:



- a) o regime jurídico dos atos nulos é diferente daquele dos atos inexistentes, pois estes são prescritíveis e suscetíveis de conversão em outro ato dotado de validade.
- b) os atos nulos e anuláveis ensejam a composição de efeitos patrimoniais pretéritos, em relação aos terceiros de boa-fé, que não tenham de qualquer forma concorrido para o vício do ato.
- c) em relação ao ato administrativo imperfeito, pode-se afirmar que enquanto não se tornar perfeito, não corre a prescrição judicial, mas somente a administrativa.
- d) a admissão é o ato bilateral e vinculado, pelo qual a Administração Pública reconhece ao particular, preenchidos os requisitos legais, o direito à prestação de um serviço público.

18. Assinale a alternativa correta:

- a) não se constitui causa de rescisão unilateral de contrato administrativo a alteração social ou estrutural da empresa contratada, porque essas são hipóteses "interna corpore" que não se vinculam de qualquer modo à execução do contrato.
- b) a fiscalização da execução do contrato, poderá ser realizada por terceira empresa especialmente contratada pela Administração, para assisti-la e subsidiá-la nessa prerrogativa.
- c) o denominado fato do príncipe, encerra ato geral de autoridade, decorrente diretamente do contrato, rompendo o equilíbrio econômico e financeiro do ajuste.
- d) na denominada administração interessada, ou administração contratada, é deferido a terceiro a orientação e a superintendência de execução de serviço público, suportando esse terceiro, os riscos do empreendimento.

19. Considerando-se os termos da Lei de Licitações, assinale a proposição correta:

- a) é dispensável a licitação quando se tratar de alienação de bens móveis, mediante permuta realizada exclusivamente entre órgãos da Administração Pública e venda de ações que possam ser negociadas em bolsa.
- b) a licitação dos tipos melhor técnica ou técnica e preço, poderá ser utilizada quer para serviços de natureza predominantemente intelectual, quer para a aquisição de obras de arte cujo autor seja notoriamente conhecido.
- c) somente será revogada a licitação pela autoridade competente para a aprovação do procedimento, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar essa conduta.
- d) os membros das comissões de licitação responderão subsidiariamente por todos os atos praticados pela comissão, sendo do Presidente da comissão a responsabilidade principal em relação às decisões tomadas, que serão lavradas em ata.

20. Assinale a proposição correta:

- a) a desapropriação por zona tem como característica a possibilidade de abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento posterior da obra, hipótese em que a área poderá não se incorporar ao patrimônio público.



- b) a desapropriação para urbanização ou reurbanização, somente pode ser decretada pelo Município competente, enquadrando-se como hipótese de interesse social.
- c) o direito de propor ação de indenização na denominada desapropriação indireta, nos termos da lei, extingue-se em 20 (vinte) anos.
- d) sujeito ativo da desapropriação de imóveis rurais é sempre a União Federal.

21. Assinale a alternativa correta:

- a) a empresa pública e a sociedade de economia mista têm como traço comum a organização sob a forma de sociedade anônima.
- b) na descentralização por colaboração, através de contrato ou ato administrativo unilateral, a pessoa jurídica pública criada titulariza e executa o serviço público.
- c) empresa estatal é a denominação de toda a sociedade exclusivamente comercial cujo controle acionário pertença ao Estado.
- d) na descentralização por serviço, o ente descentralizado é o detentor da titularidade e da execução do serviço, sujeitando-se apenas à tutela a ser exercida pelo órgão instituidor.

22. Acerca do controle administrativo exercido pelo Estado, assinale a alternativa correta:

- a) quer a tutela, quer o controle hierárquico são presumíveis pois decorrem do próprio regime administrativo do Estado.
- b) o controle administrativo pode ser exercitado quanto à legalidade e quanto ao mérito, em relação aos órgãos ou entes que lhe são sujeitos e pode ser suscitado por qualquer particular.
- c) autotutela e tutela têm em comum o fato de configurarem ambas o controle interno da Administração Pública sobre os atos perpetrados por seus órgãos.
- d) a Administração deve abster-se de exercer controle sobre as operações de crédito, avais e garantias dos haveres da União Federal, pois essa é atividade privativa do Congresso Nacional e do Banco Central do Brasil.

23. A administração pública declarou que determinado imóvel rural se constituiria reserva florestal, impondo a seu proprietário a proibição de desmatar a área, com fundamento no interesse da coletividade. Assinale, dentre as alternativas, a hipótese aplicável ao caso:

- a) cuida-se de limitação administrativa, porque impõe ao proprietário uma especial sujeição do imóvel, um dever de abstenção, "non facere", que poderá ou não ser indenizável.
- b) cuida-se de requisição, tendo o proprietário direito à indenização ulterior pois há iminente perigo público no corte dessas árvores e cessado o perigo o proprietário terá novamente a disponibilidade integral sobre a área.
- c) trata-se de desapropriação indireta, vez que impõe a sujeição do bem ao interesse coletivo, sem prévia e justa indenização em dinheiro.
- d) trata-se de servidão administrativa porque o gravame incidiu sobre um bem determinado, impondo-se em consequência indenização ao proprietário do imóvel.



24. Assinale a alternativa correta:

- a) terras devolutas são aquelas que nada obstante sejam públicas estão afetadas por um uso especial em decorrência das concessões de sesmarias.
- b) terrenos de marinha são terras públicas da União Federal e, segundo a lei, se constituem na área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detritico, até o limite onde se inicie outro ecossistema.
- c) terrenos reservados são terrenos marginais aos rios públicos, livres de influência das marés, e pertencem à União Federal na hipótese de serem marginais a águas doces situadas em terras de domínio federal, que sirvam de limite com países estrangeiros, se estendam a território estrangeiro ou que dele provenham.
- d) terrenos acrescidos de marinha são aqueles de uso especial que se incorporam ao terreno de marinha por aluvião, além do ponto a que chega a influência das águas.

25. Assinale a proposição correta:

- a) a extinção de ato administrativo eficaz pode dar-se, independentemente de provocação por caducidade, desaparecimento dos sujeitos ou objeto, por decurso de prazo e pelo decurso do tempo.
- b) todos os atos administrativos, sejam certificatórios, declaratórios ou gerais são passíveis de revogação.
- c) quando um ato administrativo é retirado do ordenamento jurídico, pode ter ocorrido o implemento de condição resolutive, cassação ou contraposição.
- d) os atos políticos praticados pelos agentes governamentais em obediência às funções constitucionais, são considerados atos administrativos, como por exemplo a iniciativa legislativa do Executivo.

26. Assinale a proposição correta:

- a) dentre os instrumentos administrativos de tutela ambiental para preservação e reparação do meio ambiente, inscrevem-se a ação civil pública, a ação popular ambiental, o mandado de segurança ambiental coletivo ou individual.
- b) o EIA/RIMA é sempre obrigatório mesmo que a atividade econômica exercida pela empresa não seja impactante e possua o administrado o RAIAS.
- c) se o EIA/RIMA for desfavorável ao administrado interessado, a licença ambiental deve obrigatoriamente ser denegada, pois à Administração não remanesce nenhuma liberdade de afastar as objeções do EIA/RIMA.
- d) o RAIAS poderá ser um indicador ao órgão público licenciador se deve ou não exigir o EIA ou se o empreendimento poderá obter de imediato a licença ambiental.

27. Ao servidor público federal em exercício de mandato eletivo, qual das alternativas abaixo é aplicável:

- a) tratando-se de mandato eletivo estadual, não será afastado de cargo em comissão, por se tratar de hipótese de livre provimento.



- b) tratando-se de mandato eletivo federal, será afastado do cargo em comissão, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.
- c) tratando-se de mandato de vereador não será afastado de cargo se houver compatibilidade de horários, hipótese em que receberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- d) em qualquer hipótese que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive promoção por antiguidade ou merecimento.

28. Verificada a ilegalidade na contratação de obra pública pela União Federal, assinale a alternativa correta:

- a) o contrato será susinado pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis para a revogação da contratação.
- b) o contrato será susinado pelo Tribunal de Contas que o encaminhará ao Senado Federal para análise na Comissão Parlamentar competente.
- c) o contrato será susinado pelo Poder Executivo, determinando-se que o Tribunal de Contas proceda à fiscalização e imposição da multa cabível.
- d) o Congresso Nacional poderá, a pedido da União Federal, sustar o contrato e encaminhá-lo ao Tribunal de Contas, para a expedição do título executivo.

29. Na duplicação de rodovia, a empresa executora da obra pública, ao proceder à construção de um novo túnel, encontrou condições geológicas excepcionalmente adversas daquelas que haviam sido previstas no projeto original, dificultando sobremaneira o adequado cumprimento do avençado. Qual das seguintes hipóteses poderia ser invocada pela empresa contratada, em relação à hipótese:

- a) "exceptio non adimpleti contractus", com paralisação das atividades da empresa até que a Administração reajuste o valor originalmente pactuado.
- b) teoria da imprevisão, com fundamento na cláusula "rebus sic stantibus", com aditamento do contrato e reajuste do preço originalmente ajustado.
- c) fato do príncipe, com o aditamento do contrato e reajuste do preço originalmente ajustado.
- d) exceção de força maior com desfazimento do contrato.

30. Acerca do instituto da desapropriação é correto afirmar-se que:

- a) não pode ser considerada como hipótese de utilidade pública, para fins de desapropriação, o funcionamento dos meios de transporte coletivo, pois essa atividade é geralmente objeto de contrato de permissão.
- b) na hipótese de falecimento do expropriado, durante a ação expropriatória, o juiz determinará a suspensão do processo nos termos da lei processual civil.
- c) é permitida a desapropriação do espaço aéreo, se dela resultar prejuízo patrimonial ao proprietário do solo.



d) a desapropriação por interesse social deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente dentro de 5 (cinco) anos, contados da data da expedição do decreto, findos os quais este caducará.

31. Nos termos da Constituição, as taxas:

- a) não poderão ter base de cálculo própria de imposto, salvo no caso de guerra externa ou sua iminência.
- b) não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- c) somente terão base de cálculo de imposto, se em razão do exercício do poder de polícia.
- d) poderão ter base de cálculo própria de impostos, nos termos de lei complementar.

32. Nos termos da Constituição, ato de intervenção da União no domínio econômico poderá dar ensejo à instituição:

- a) de imposto sobre operações de crédito e de câmbio, nos termos de lei complementar.
- b) de imposto sobre produtos industrializados, que será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado a título de imposto sobre a renda.
- c) de contribuição, como instrumento de sua atuação na respectiva área.
- d) de imposto sobre grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

33. Nos termos da Constituição, será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição, a aplicação dos recursos provenientes:

- a) de imposto sobre a propriedade territorial rural incidente sobre pequenas glebas.
- b) de empréstimo compulsório no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- c) de imposto sobre operações relativas a valores mobiliários.
- d) de imposto sobre produtos industrializados destinados a outros Estados.

34. Nos termos da Constituição:

- a) é vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública do Distrito Federal, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações.
- b) é permitido à União tributar a renda das obrigações do Distrito Federal, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações, nos termos de lei complementar.
- c) é vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações, ressalvadas as hipóteses previstas em lei complementar.
- d) é permitido à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações, nos termos de lei complementar.



35. Nos termos da Constituição:

- a) somente os Municípios poderão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefícios destes, de sistema de previdência e assistência social.
- b) somente os Municípios, com plano diretor aprovado pela Câmara Municipal, poderão instituir empréstimos compulsórios, para atender a despesas extraordinárias.
- c) somente a União, para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, poderá instituir empréstimo compulsório.
- d) somente os Estados e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para custeio, em benefício destes, de sistema de previdência e assistência social.

36. Nos termos da Constituição:

- a) o imposto sobre importação de produtos estrangeiros é excepcionado do princípio da legalidade.
- b) o imposto sobre importação de produtos estrangeiros poderá ser exigido em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver aumentado.
- c) o imposto sobre importação de produtos estrangeiros será seletivo, em função da essencialidade do produto.
- d) o imposto sobre importação de produtos estrangeiros obedece ao princípio da legalidade.

37. Nos termos da Constituição, o imposto sobre propriedade territorial rural:

- a) terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.
- b) não poderá ter suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.
- c) somente poderá ser instituído pelos Estados e Distrito Federal, na iminência ou no caso de guerra externa.
- d) somente poderá ser instituído pela União, na iminência ou no caso de guerra externa, hipóteses em que terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.

38. Nos termos da Constituição, em matéria de impostos, o campo de competência tributária residual pertence exclusivamente:

- a) aos Estados e ao Distrito Federal.
- b) aos Estados e aos Municípios.
- c) aos Territórios, enquanto não transformados em Estados.
- d) à União.

39. Nos termos da Constituição, a lei que instituir contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos deverá afetá-la:

- a) ao financiamento da reforma agrária.



- b) ao financiamento da seguridade social.
- c) ao financiamento de casas populares.
- d) ao financiamento de regiões metropolitanas com mais de quatro mil habitantes.

40. Nos termos da Constituição:

- a) o imposto sobre a propriedade de veículos automotores é da competência dos Estados e do Distrito Federal.
- b) o imposto sobre a propriedade de veículos automotores é de competência exclusiva dos Estados.
- c) o imposto sobre a propriedade de veículos automotores é da competência exclusiva dos Municípios.
- d) o imposto sobre a propriedade de veículos automotores é da competência exclusiva do Distrito Federal.

41. Nos termos da Constituição, deverá ser seletivo em função da essencialidade do produto:

- a) o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- b) o imposto sobre importação de produtos estrangeiros.
- c) o imposto sobre produtos industrializados.
- d) o imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.

42. Nos termos da Constituição, a valorização imobiliária decorrente de obra pública poderá dar ensejo à cobrança de:

- a) imposto extraordinário sobre a propriedade territorial urbana.
- b) adicional de imposto sobre a propriedade territorial rural ou urbana.
- c) taxa de obra pública.
- d) contribuição de melhoria.

43. Nos termos da Constituição, a contribuição social sobre o lucro destina-se:

- a) ao financiamento dos mecanismos de controle do sistema financeiro nacional.
- b) ao financiamento do ensino fundamental público.
- c) ao financiamento do ensino público, de qualquer grau.
- d) ao financiamento da seguridade social.

44. Nos termos da Constituição, poderá ser progressivo no tempo:

- a) o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- b) o imposto sobre grandes fortunas.
- c) o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.
- d) o pedágio.



45. Nos termos da Constituição, sobre a entrada de mercadoria importada do exterior incidirá:

- a) imposto municipal sobre serviços.
- b) imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.
- c) imposto sobre a renda.
- d) imposto sobre operações financeiras.

46. Assinale a alternativa em que todas as hipóteses consignadas configuram causas de exclusão da tipicidade:

- a) superveniência de lei supressiva de norma incriminadora; desistência voluntária; erro de proibição.
- b) obediência hierárquica; erro sobre a pessoa; coação irresistível.
- c) erro de tipo essencial; erro de tipo accidental; discriminantes putativas por erro de tipo.
- d) princípio da insignificância; erro sobre elemento normativo do tipo; absoluta impropriedade do objeto material.

47. "A", proprietário de uma oficina mecânica, recebe de "B" mil reais em cédulas de cinquenta como pagamento de serviços prestados. Posteriormente constata uma cédula entre as recebidas que, pela péssima qualidade das cores e borrões na impressão, descobre ser falsa. Ao fazer compras em um supermercado, entrega a cédula em pagamento, percebendo o caixa, que recebera treinamento sobre dinheiro falso, a inautenticidade e recusando a cédula. A conduta de uso da cédula praticada por "A" enquadra-se como:

- a) delito de moeda falsa.
- b) crime impossível.
- c) estelionato tentado.
- d) delito de moeda falsa privilegiado.

48. É correto afirmar em matéria do benefício da suspensão condicional da pena:

- a) pode ser fixado limite temporal acima do mínimo legal segundo o poder discricionário do juiz.
- b) pode ser deferido ao estrangeiro não residente no País.
- c) é descabido em qualquer condição quando a pena aplicada for superior a dois anos.
- d) só pode ser deferido se as circunstâncias judiciais forem inteiramente favoráveis.

49. Assinale a alternativa correta obedecendo a regra geral em matéria de regime inicial de cumprimento de pena:

- a) é cabível em qualquer hipótese o regime fechado quando o condenado for reincidente.
- b) é cabível o regime semi-aberto no caso de pena de reclusão e condenado reincidente se a primeira condenação for por crime culposos.



- c) é cabível o regime fechado bastando que a pena seja superior a oito anos.
- d) é cabível o regime semi-aberto quando a pena superior a oito anos for de detenção.

50. Assinale a alternativa correta:

- a) cometido roubo em concurso de pessoas incide nas penas cominadas com obrigatória redução decorrente do modo de contribuição no delito o agente condutor do veículo utilizado no crime que neste permanece sem adentrar o local da subtração.
- b) não comete crime de roubo o agente que pratica a conduta simulando a posse de arma.
- c) não tipifica o delito de concussão a conduta do fiscal de tributos que propõe ao contribuinte evitar autuação por ilegalidade verificada mediante vantagem em dinheiro.
- d) comete crime contra o sistema financeiro nacional o diretor de entidade de classe que sem autorização do Poder Público opera com recursos das mensalidades fazendo empréstimos aos filiados.

51. Assinale a alternativa correta:

- a) pode haver continuação entre crimes consumado e tentado, aplicando-se a pena do primeiro com o respectivo aumento.
- b) há concurso formal impróprio quando o agente mediante uma só conduta pratica dois ou mais crimes de diferentes espécies.
- c) no concurso de crimes regula-se a prescrição pela soma das penas.
- d) no concurso formal próprio a pena de multa é aplicada de modo unificado.

52. Assinale a alternativa correta:

- a) não comete crime o empregador que deixa de recolher as contribuições sociais descontadas dos salários dos empregados se antes do recebimento da denúncia efetua o pagamento do débito.
- b) comete falsidade material o agente que se faz passar por terceiro empregador inserindo em carteira de trabalho anotação de emprego fictício.
- c) comete crime contra a Administração da Justiça o estrangeiro expulso do território nacional que nele permanece.
- d) não há crime contra a ordem tributária sem efetivos resultados de supressão ou redução de tributos.

53. Assinale a alternativa integralmente verdadeira em matéria de concurso de pessoas:

- a) a convivência só é punível se constitui infração autônoma e concebe-se como participação moral a praticada mediante induzimento ou instigação.
- b) conforme posições adotadas pelo Código Penal há unidade de crime e autor é todo aquele que pratica conduta inserida no encadeamento causal do delito.
- c) as conseqüências da reincidência de um dos agentes não se estendem aos demais mas a atenuante presente na situação de um dos concorrentes a todos beneficia.



d) sem acordo prévio de vontades não há participação e os crimes culposos só é possível a co-autoria.

54. Assinale a alternativa correta em matéria de delito de contrabando ou descaminho:

- a) há concurso de delitos quando a importação de mercadoria proibida constitui infração autônoma.
- b) incide causa de aumento de pena se o transporte de mercadorias ocorre com a prática de navegação de cabotagem.
- c) na conduta de aquisição de produtos de descaminho não há o delito na ausência do exercício de atividade industrial ou comercial.
- d) ocorre o descaminho inobstante tratar-se de produtos isentos.

55. Assinale a alternativa em que todas as hipóteses são verdadeiras para o delito de estelionato:

- a) é crime material, admite o arrependimento posterior e aperfeiçoa-se com o dolo genérico.
- b) não é crime complexo, admite a suspensão condicional do processo no tipo fundamental e distingue-se da apropriação indébita porque nesta o dolo é subseqüente.
- c) é crime comum, não admite interpretação analógica e é punido mediante ação penal pública.
- d) é crime plurisubsistente, não se configura se a vítima do erro e a do dano patrimonial não recaem na mesma pessoa e não se confunde com o furto mediante fraude porque neste não há entrega espontânea da coisa.

56. Assinale a alternativa correta:

- a) a ação penal por crime ofensivo ao patrimônio ou interesse da União, Estado e Município é promovida por denúncia do Ministério Público ainda que a lei penal determine o contrário.
- b) é vedado ao Juiz sob qualquer condição indeferir pedido de retorno do inquérito à polícia para novas diligências.
- c) é cabível no processo comum a incondicionada substituição de testemunhas de defesa que não forem encontradas.
- d) é pública condicionada ao encerramento do procedimento fiscal a ação penal por delito de apropriação do produto da cobrança do IPI.

57. Assinale a alternativa correta:

- a) é inepta a denúncia que descrevendo fato de uso de documento falso em procedimento de transformação de visto capitula a infração como delito previsto na Lei de Estrangeiros.
- b) não acarreta por si só a inépcia da denúncia o erro na designação dos meses de competência das contribuições sociais no crime de apropriação previsto na Lei de Custeio da Seguridade Social.



- c) é cabível a nomeação do mesmo defensor dativo a co-réus, não configurando impedimento a reciprocidade de declarações acusatórias nos interrogatórios.
- d) na imputação de fato não contido na denúncia prescinde-se de novo interrogatório do réu, bastando o aditamento da inicial.

58. Assinale a alternativa correta:

- a) no caso de morte do agente à vista da certidão de óbito deve o Juiz declarar de plano a extinção da punibilidade do delito.
- b) decorrido o prazo da prescrição deve o juiz julgar o mérito se assim requerer o acusado visando a absolvição.
- c) deve ser rejeitada por ilegitimidade de parte passiva a denúncia oferecida contra inimputável por doença mental.
- d) descabe o adiamento do ato processual por impossibilidade de comparecimento do defensor decorrente de anterior designação de audiência em outro processo.

59. Assinale a alternativa correta:

- a) é competente a Justiça Federal para julgar crimes cometidos por silvícolas em decorrência da proteção a estes assegurada pela Constituição.
- b) a conexão de crimes da competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual acarreta a unidade de processo, preponderando a jurisdição do lugar da infração à qual for cominada a pena mais grave.
- c) a distribuição de pedido preparatório de busca e apreensão acarreta a competência do Juízo para a respectiva ação penal.
- d) oferecida a denúncia perante a Justiça Federal e entendendo o juiz tratar-se de crime da competência da Justiça Estadual estará procedendo com acerto ao rejeitar a inicial e determinar o envio dos autos.

60. Assinale a alternativa correta:

- a) a apreensão de moeda falsa na residência do agente e simultânea prisão em local diverso caracterizam o flagrante delito.
- b) ocorrido flagrante de crime de sonegação fiscal procede com acerto o juiz ao conceder a liberdade provisória sem fiança se incorre motivo que autoriza a prisão preventiva.
- c) é inadmissível a fixação do valor da fiança acima do mínimo previsto se a motivação recai na periculosidade do indiciado.
- d) julga-se quebrada a fiança quando, condenado, deixa o réu de apresentar-se à prisão.

61. Assinale a alternativa correta:

- a) condenado o réu sem direito de apelar em liberdade o recurso da defesa fica sobrestado enquanto não for cumprido o mandado de prisão.



- b) é sanada se não for alegada em tempo oportuno a nulidade por falta de intervenção do representante do Ministério Público em termo de processo por crime de ação pública.
- c) há desistência do recurso quando nas razões manifesta-se o Ministério Público de acordo com a decisão.
- d) a faculdade de arrazoar em segunda instância abrange os recursos de apelação e em sentido estrito.

62. Assinale a alternativa correspondente à matéria que admite a interpretação extensiva:

- a) requisitos da liberdade provisória.
- b) hipóteses de flagrante delito.
- c) intimação de sentença condenatória no caso de réu preso.
- d) relação de impedimentos do juiz.

63. Assinale a alternativa correspondente ao emprego da analogia:

- a) a reunião de processos na hipótese de resultado diverso do pretendido.
- b) a admissão da carta testemunhável contra decisão denegatória de recurso extraordinário.
- c) a aplicação das prescrições sobre suspeição aos serventuários e funcionários da Justiça.
- d) a interrupção por força de embargos declaratórios do prazo para interposição de outros recursos.

64. Assinale a alternativa em que nenhuma das hipóteses consignadas é de conhecimento do "habeas corpus":

- a) impetração por terceiro no caso de manifestação do paciente desautorizando o pedido; ordem requerida por entidade de classe; petição apócrifa.
- b) ordem requerida pelo delegado de polícia; impetração desprovida de procuração; petição em língua estrangeira.
- c) impetração de caráter preventivo desacompanhada de razões; impetração objetivando a extinção da punibilidade havendo arquivamento do inquérito; ordem requerida em reiteração sem elementos novos.
- d) impetração visando decreto de expulsão de estrangeiro; impetração em favor de paciente foragido; coação exercida por particular.

65. Assinale a alternativa em que todas as hipóteses consignadas submetem-se a procedimento próprio previsto em lei especial:

- a) crimes pertinentes à situação de estrangeiro no País; crimes de abuso de autoridade; crimes de imprensa.
- b) crimes de imprensa; crimes de abuso de autoridade; crimes de tráfico ilícito de entorpecentes.



c) crimes de tráfico ilícito de entorpecentes; crimes de imprensa; crimes pertinentes à situação de estrangeiro no País.

d) crimes de imprensa; crimes contra a fauna; crimes de indevida instalação ou utilização de telecomunicações.

66. A responsabilidade civil objetiva pelo fato do produto estabelecida no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90):

a) admite as excludentes do caso fortuito e da força maior.

b) admite apenas a excludente da força maior, já que a do caso fortuito diz respeito à responsabilidade civil subjetiva.

c) admite as seguintes excludentes do nexo de causalidade: não ter colocado o produto no mercado; ter colocado o produto no mercado, mas o defeito inexistente; culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

d) não admite nenhuma excludente, exceto a prova da culpa exclusiva do consumidor.

67. Direito de antena é:

a) o direito de resposta dirigido aos veículos de comunicação.

b) o direito de transmissões por rádio governamental.

c) o direito de captação ou transmissão da comunicação por meio de ondas.

d) o direito reconhecido pelo Estado para transmissão de serviços de utilidade pública.

68. Pode-se afirmar que ocorre extinção do direito por perecimento do objeto quando:

a) o objeto, embora conserve suas finalidades essenciais, é transferido a outrem.

b) o objeto tiver sido apreendido por força de ato judicial.

c) ocorrer a adjunção.

d) embora tenha ocorrido confusão possam ser separados os líquidos.

69. Nos termos da lei civil, assinale a alternativa correta:

a) pacto comissório é a cláusula inserida em contrato de locação de móveis ou imóveis através do qual poderá o contrato ser desfeito se dentro de certo prazo aparecer quem ofereça melhor vantagem.

b) na venda a contento presume-se cláusula sob condição suspensiva ou resolutiva para a perfeição do contrato independentemente da manifestação da vontade do comprador.

c) o débito decorrente da venda a contento é personalíssimo, não podendo ser cedido ou transmitido "inter vivos" ou "causa mortis".

d) a preempção é sempre convencional porque impõe ao Poder Expropriante a oferta do imóvel a aquele que foi desapropriado segundo a cláusula constante do contrato.

70. Assinale a alternativa correta:



- a) a remissão concedida em benefício de co-devedor solidário, extinguirá o débito em relação a cota que lhe for correspondente caso sejam vários os co-obrigados solidários conservando-se a solidariedade contra os demais.
- b) o inadimplemento voluntário da obrigação é sempre relativo se a obrigação não foi cumprida total ou parcialmente, nem poderá sê-lo.
- c) a doação constitui-se em contrato de regra aleatório através do qual uma pessoa transfere a outra as vantagens decorrentes dos encargos remuneratórios recebidos por atos "inter vivos", responsabilizando-se por eventual evicção.
- d) em matéria de vício redibitório há presunção "juris tantum" da responsabilidade do alienante pelo vício mesmo que este o ignorasse.

71. Quando o Juiz acolhe a prescrição:

- a) é caso de sentença que extingue o processo com julgamento do mérito.
- b) é caso de sentença que extingue o processo sem julgamento do mérito.
- c) se for incidental, trata-se de decisão interlocutória que extingue o processo sem julgamento do mérito.
- d) se não for argüida pelo Réu, é sentença que não extingue o mérito.

72. Perempção é:

- a) perda do direito de ação, tendo em vista a mesma demanda, por duas vezes consecutivas, após dois encerramentos do processo por abandono da causa por mais de trinta dias.
- b) extinção do processo sem julgamento do mérito na quarta vez, pela perda anterior do direito de ação, tendo em vista a mesma demanda, por três vezes consecutivas, após dois encerramentos do processo por abandono da causa por mais de trinta dias.
- c) extinção do processo com julgamento do mérito na quarta vez, pela perda anterior do direito de ação, tendo em vista a mesma demanda, por três vezes consecutivas, após dois encerramentos do processo por abandono da causa por mais de trinta dias.
- d) perda do direito de ação, tendo em vista a mesma demanda, pelo fato do processo ter sido extinto três vezes por abandono da causa por mais de trinta dias.

73. Na ação civil pública para defesa da população de comunidade atingida por radiação, oriunda de serviço nuclear explorado por empresa da União:

- a) a sentença faz coisa julgada "erga omnes" atingindo a todos independentemente do resultado.
- b) a sentença faz coisa julgada "erga omnes" apenas em relação aos membros da categoria representada.
- c) a sentença faz coisa julgada "erga omnes", exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.
- d) a sentença não faz coisa julgada.

74. Nas ações coletivas para defesa dos direitos dos consumidores:



- a) não é cabível a antecipação de tutela.
- b) é cabível a antecipação de tutela, desde que preenchidos os requisitos do Código de Defesa do Consumidor, aplicadas subsidiariamente as normas do Código de Processo Civil.
- c) é cabível a antecipação de tutela, somente quando preenchidos os requisitos do Código de Processo Civil.
- d) não é cabível a antecipação de tutela sem audiência prévia de justificação.

75. Entre a ação coletiva para defesa de direitos individuais homogêneos e a ação proposta individualmente pelo consumidor para pleitear indenização pelo mesmo evento danoso, que é base da ação coletiva:

- a) há litispendência, devendo a ação individual ser suspensa até o julgamento definitivo da ação coletiva.
- b) não há litispendência.
- c) há litispendência apenas se a ação coletiva for julgada procedente.
- d) há litispendência apenas se a ação coletiva for julgada improcedente.

76. Uma vez proferida a sentença:

- a) o juiz só pode modificá-la se interpostos embargos de declaração.
- b) o juiz só pode modificá-la se interpostos embargos de declaração ou para corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidão material ou para retificar erro de cálculo.
- c) o juiz só pode modificá-la se interpostos embargos de declaração ou para corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidão material ou para retificar erro de cálculo, ou, ainda, como juízo de retratação quando se trate de sentença de indeferimento da petição inicial.
- d) o juiz só pode modificá-la se interpostos embargos de declaração, para corrigir omissão ou contradição.

77. A coisa julgada material:

- a) alcança a fundamentação e o dispositivo da sentença.
- b) alcança apenas o dispositivo da sentença se a ação for julgada extinta sem o conhecimento do seu mérito.
- c) alcança tanto a fundamentação como o dispositivo da sentença se a ação for julgada improcedente.
- d) alcança apenas o dispositivo da sentença, que compõe um conjunto formado com o pedido da petição inicial.

78. Em ação civil pública promovida em face da União, visando assegurar a incolumidade físico-psíquica de brasileiros e estrangeiros residentes no País, o Ministério Público Federal:

- a) tem legitimação autônoma.
- b) tem legitimação extraordinária por substituição processual.



- c) tem legitimação ordinária.
- d) tem legitimação extraordinária quando autorizado pelos ofendidos.

79. Na decisão liminar obtida por legitimado ativo, visando impedir imediatamente autorização para qualquer pedido de plantio de produtos transgênicos:

- a) o Juiz só pode fixar "astreintes" se for expressamente pedido pelo autor.
- b) o Juiz pode fixar "astreintes" em valor compatível com a obrigação independentemente de pedido do autor.
- c) é nula a decisão se o Juiz fixar "astreintes" em valor exagerado, pois esta tem caráter de sanção.
- d) a modificação do valor de "astreintes" somente pode ser feita mediante recurso de agravo de instrumento.

80. Quando para determinar o valor da condenação for necessário provar fato novo, a liquidação se fará:

- a) por arbitramento.
- b) por artigos de liquidação.
- c) por arbitramento ou por artigos.
- d) por artigos de liquidação somente se expressamente previsto na sentença.

81. Em sede de direito internacional, assinale a alternativa correta:

- a) o endosso internacional é ato cambiário através do qual um Estado soberano transfere crédito internacional a outro.
- b) o endosso internacional é ato realizado entre países integrantes do FMI, através do qual um Estado soberano transfere crédito e títulos que nele se expressem a outro Estado soberano.
- c) o endosso internacional é a outorga de proteção diplomática de um Estado a um particular, no qual o Estado outorgante assume a reclamação junto ao Estado autor do ilícito.
- d) o endosso internacional é a outorga de proteção cambial diplomática de um Estado soberano a outro, autor de ilícito comercial.

82. Assinale a alternativa correta no que se refere à ratificação:

- a) ratificação é ato bilateral através do qual os sujeitos internacionais signatários de tratado comunicam as cláusulas de favorecimento recíproco.
- b) ratificação é ato bilateral, vinculado através do qual obrigam-se os sujeitos internacionais às cláusulas de nação mais favorecida.
- c) ratificação é ato unilateral e discricionário através do qual o sujeito internacional comunica formalmente ao depositário o ânimo de ingressar no domínio jurídico do tratado.



d) ratificação é o ato unilateral e vinculado através do qual o Parlamento ou Congresso do sujeito internacional, comunica formalmente a aprovação e o ânimo de ingressar no domínio jurídico do tratado.

83. Assinale a proposição correta:

a) a diferença entre deportação e impedimento à entrada de estrangeiro, está em que, na primeira falta ao estrangeiro justo título para ingressar no País, tal como visto ou passaporte válido e no segundo caso (impedimento) o estrangeiro ingressou no País clandestinamente, e se encontra, por exemplo, exercendo trabalho remunerado.

b) a expulsão é a exclusão de estrangeiro, por medida administrativa, não exatamente punitiva, tanto que o expulso pode retornar ao País, desde que provido de documentação regular.

c) na hipótese de extradição, mesmo que fundada em tratado de reciprocidade, devem ser observados pressupostos subjetivos e objetivos em relação ao extraditando. O subjetivo se refere à nacionalidade e o objetivo ao fato determinante, que poderá ser prática de crime comum de gravidade, ou mesmo a prisão civil de alimentante omissa.

d) bons ofícios é instrumento diplomático que é oferecido por sujeito internacional para estabelecer a aproximação entre contendores internacionais, num campo neutro de negociações.

84. O caráter democrático da gestão da seguridade social está sendo imprimido no Brasil com o funcionamento dos seguintes órgãos, dos quais fazem parte representantes dos trabalhadores, aposentados e empresários:

a) do Conselho Nacional de Seguridade Social; do Conselho Nacional de Saúde; do Conselho Nacional de Previdência Social e do Conselho Nacional de Assistência Social.

b) do Conselho Nacional de Saúde; do Conselho Nacional de Previdência Social e do Conselho Nacional de Assistência Social.

c) do Conselho Nacional de Previdência Social; do Conselho Superior dos Serviços de Saúde e Segurança Social e do Conselho do Programa da Comunidade Solidária.

d) do Conselho Nacional de Seguridade Social; do Conselho Nacional de Seguros Privados e do Conselho Nacional de Saúde.

85. A igualdade de direitos previdenciários significa:

a) que trabalhadores com vínculo empregatício, inclusive os domésticos, e trabalhadores avulsos, fazem jus aos mesmos benefícios e serviços.

b) que todos os trabalhadores, inclusive empresários, domésticos, avulsos e especiais, terão direito aos mesmos benefícios, calculados do mesmo modo, do regime geral de previdência social.

c) que aos trabalhadores avulsos são devidos os mesmos benefícios a que fazem jus os trabalhadores com vínculo empregatício.

d) que aos trabalhadores domésticos são devidos os mesmos benefícios a que fazem jus os trabalhadores vinculados às empresas.



86. O período de carência:

- a) é contado desde o instante de filiação do segurado e até que haja a concessão de qualquer prestação pecuniária pelo regime geral de previdência social.
- b) cessa após o pagamento do benefício, com retorno do segurado à atividade antes exercida na empresa.
- c) não conta no período de fruição do salário-maternidade.
- d) não é requisito para a obtenção do auxílio-doença pelo segurado especial.

87. Durante o período de graça, o segurado:

- a) não exerce atividade sujeita a filiação obrigatória.
- b) conserva o direito a todos os benefícios do regime geral.
- c) só trabalhará naquelas atividades que, a critério médico, não prejudiquem sua saúde ou integridade física.
- d) receberá somente o salário-família e o auxílio-natalidade.

88. Assinale a alternativa correta:

- a) o abono anual terá o valor baseado no salário-de-benefício que foi utilizado no cálculo da prestação.
- b) o abono anual, somado ao benefício devido no mês de dezembro não poderá ultrapassar o limite máximo do salário de contribuição.
- c) o abono anual não será pago ao dependente credor do auxílio-reclusão, se o segurado até então preso receber o indulto de Natal.
- d) o abono anual terá o valor calculado a partir da renda mensal devida no mês de dezembro.

89. A aposentadoria por invalidez será cancelada:

- a) após cinco anos, para o empresário que tiver direito a retornar à função que desempenhava na empresa no momento em que se aposentou.
- b) imediatamente, se o segurado recusar tratamento que depende de transfusão de sangue.
- c) após tantos anos quantos forem os anos de duração do auxílio-doença e da aposentadoria, quando o segurado for considerado reabilitado para o exercício do trabalho.
- d) mesmo que o segurado esteja apto para o exercício de atividade diversa da que habitualmente exercia, desde que siga sendo paga pelo prazo de dezoito meses.

90. O benefício da assistência social é devido:

- a) a quem dele necessitar, desde que comprove a idade legalmente prevista ou a situação de portador de deficiência e que nenhum de seus familiares possa prover-lhe o sustento.



- b) a quem ainda não tenha direito a nenhum dos benefícios do regime geral e nem possa prover o próprio sustento.
- c) a quem seja considerado segurado de baixa renda e não tenha cumprido os requisitos para a obtenção da aposentadoria por tempo de contribuição.
- d) ao que deixou de perceber o seguro-desemprego e não faz jus à aposentadoria por idade.

91. O auxílio-reclusão será devido:

- a) aos dependentes do segurado aposentado que falecer cumprindo pena de reclusão.
- b) aos segurados que não tenham direito à aposentadoria por tempo de contribuição ou idade se estiverem cumprindo pena privativa de liberdade.
- c) ao dependente, dispensada a carência, mediante certidão do efetivo recolhimento do segurado de baixa renda à prisão.
- d) em substituição ao auxílio-doença, ao segurado de baixa renda condenado à pena de reclusão.

92. É incorreto afirmar que a irredutibilidade no valor dos benefícios será assegurada mediante:

- a) adequados critérios de atualização do salário-de-benefício e atualização periódica do valor da renda mensal.
- b) atualização monetária dos salários-de-benefício considerados nos últimos trinta e seis meses que antecedem o requerimento da prestação.
- c) a preservação do valor real da renda mensal inicial.
- d) reajustamentos anuais, de conformidade com o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, ou qualquer outro capaz de garantir a manutenção do poder de compra do segurado.

93. Mediante justificação, processada perante a Previdência Social, a falta de documento poderá ser suprida:

- a) desde que a carteira de trabalho do segurado, relativa ao período questionado, não esteja rasurada.
- b) com confissão espontânea do empregador e recolhimento integral das contribuições e seus acréscimos.
- c) desde que haja correlação entre a atividade da empresa e a profissão do segurado, mediante testemunhas.
- d) quando testemunhas corroborem o registro de ocorrência policial demonstrativa do incêndio do estabelecimento no qual o segurado prestou serviços.

94. Assinale a alternativa incorreta:

- a) a ação referente a acidente do trabalho prescreve em cinco anos contados da data em que for reconhecida pela Previdência Social a incapacidade permanente do segurado.



- b) a perda da qualidade de segurado importa em caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade.
- c) o direito aos benefícios é imprescritível.
- d) prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas.

95. No regime geral de previdência social, o benefício de pensão por morte é devido:

- a) em igualdade de condições, à esposa, ao filho menor de vinte e um anos e à mãe do segurado falecido, desde que essa última comprove sua dependência econômica em relação a ele.
- b) em igualdade de condições, ao companheiro da segurada falecida, assim considerado aquele que com ela mantinha união estável quando da morte, e ao filho da "de cujus" menor de vinte e um anos, havido de distinta união estável e que com ela não residia por ocasião do seu passamento.
- c) à filha solteira do segurado falecido, que quando da morte era estudante de curso universitário, tinha vinte e três anos de idade e vivia sob sua exclusiva dependência econômica.
- d) em igualdade de condições, aos pais e irmão inválido de segurado que, sem ter outros dependentes, os mantinha sob sua dependência econômica.

96. Quais das seguintes características não é inerente ao regime de previdência privada, nos termos da Constituição:

- a) a dependência em relação ao regime geral de previdência social do qual é complementar.
- b) a presença das reservas matemáticas garantidoras dos benefícios.
- c) a facultatividade de ingresso.
- d) a contratualidade.

97. Segundo a Constituição Federal, o regime geral é aplicável, no que couber, ao regime dos servidores públicos titulares de cargo efetivo. É correto entender-se, pois:

- a) que os critérios de concessão e manutenção do auxílio-doença são comuns aos dois regimes.
- b) que o salário-família e o auxílio-reclusão somente serão devidos ao servidor de baixa renda.
- c) que o valor da aposentadoria por invalidez do servidor corresponderá, em todos os casos, a 100 % (cem por cento) da respectiva remuneração.
- d) que os proventos da aposentadoria e da pensão não serão inferiores ao valor do salário mínimo.

98. Quem já tenha vertido mais de cento e vinte contribuições, se ficar desempregado e comprovar essa situação perante o órgão competente, terá:



- a) mantida a qualidade de segurado pelo prazo improrrogável de doze meses, salvo se vier a perceber benefício.
- b) mantida a qualidade de segurado, desde que abra mão da percepção do seguro-desemprego.
- c) mantida a qualidade de segurado por até vinte e quatro meses contados da data em que cessar o recolhimento das contribuições.
- d) mantida a qualidade de segurado pelo prazo de trinta e seis meses.

99. Assinale a alternativa correta:

- a) os atos de comércio por dependência ou conexão, são aqueles de natureza civil, tendentes a auxiliarem os atos comerciais, como por exemplo, a violação dos direitos de marcas de indústria ou comércio.
- b) os requisitos legais para que alguém adquira por lei a qualidade de comerciante individual são prática habitual e reiterada de atos de comércio por natureza ou profissionais e exercício do comércio em nome próprio ou de terceiros.
- c) menores absoluta ou relativamente incapazes não podem, validamente, praticar atos de comércio, pois a incapacidade para comerciar, nessa hipótese, é sempre absoluta.
- d) o comerciante que se torne por razões jurídicas absolutamente incapaz tem, nada obstante, o direito de manter a qualidade de comerciante.

100. Assinale a alternativa correta:

- a) as sociedades por quotas, de responsabilidade limitada, responderão pelos compromissos assumidos pelos gerentes, ainda que sem o uso de firma social, se forem tais compromissos contraídos em seu nome ou proveito, nos limites dos poderes da gerência.
- b) segundo a lei do anonimato, o resgate representa uma transmissão obrigatória da propriedade das ações dos acionistas para o domínio de terceiro acionista, que as depositará na companhia para ulterior deliberação.
- c) podem ser reclamadas na falência, as obrigações firmadas entre a sociedade e seus credores, comerciais ou civis, como é a hipótese de prestações alimentícias, pois se trata de norma fundamental traduzida no direito à vida.
- d) a liquidação do ativo da empresa pode ser autorizada pelos credores que representem a maioria simples dos créditos.



Gabarito da Primeira Prova Escrita do IX Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

1	D	21	D	41	C	61	B	81	C
2	C	22	B	42	D	62	C	82	C
3	B	23	D	43	D	63	D	83	D
4	C	24	C	44	C	64	C	84	B
5	D	25	A	45	B	65	B	85	C
6	B	26	D	46	D	66	C	86	D
7	B	27	C	47	C	67	C	87	B
8	A	28	A	48	B	68	C	88	D
9	D	29	B	49	D	69	C	89	D
10	B	30	C	50	C	70	A	90	A
11	A	31	B	51	A	71	A	91	C
12	D	32	C	52	B	72	D	92	B
13	B	33	B	53	A	73	C	93	D
14	B	34	A	54	C	74	B	94	C
15	A	35	C	55	B	75	B	95	B
16	A	36	D	56	A	76	C	96	A
17	B	37	A	57	B	77	D	97	*
18	B	38	D	58	D	78	A	98	D
19	C	39	B	59	C	79	B	99	A
20	A	40	A	60	A	80	B	100	A

(*) Questão anulada.